

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8464 | Salvador, quarta-feira, 31.08.2022

Presidente: Augusto Vasconcelos



CAMPANHA SALARIAL

Intransigência continua

JOÃO UBALDO



Bancários querem reajuste com aumento real. Nada mais justo. Os bancos lucram à custa dos trabalhadores

**Sem proteção,
acidentes de
trabalho sobem**

Página 2

**Só prejuízos
com a reforma
trabalhista**

Página 4

Intransigentes, os bancos querem impor reajuste abaixo da inflação para os bancários. Se continuar assim, a greve é inevitável. A categoria não aceita. Os trabalhadores exigem aumento real nos salários e demais verbas. Hoje tem assembleia para definir os rumos da campanha salarial. Página 3

Alta nos acidentes de trabalho. Perigo

Mortes somam 23 mil entre 2012 e 2021. Faltam políticas de proteção

RENATA LORENZO
imprensa@bancariosbahia.org.br

A SITUAÇÃO dos trabalhadores no Brasil é preocupante, sobretudo com a precarização das relações entre empregado e empresa desde a aprovação da reforma trabalhista. Para se ter ideia, de 2012 a 2021 foram registradas 23 mil mortes no mercado de trabalho formal no país.



JOÃO UBALDO

Milhares de bancários tiveram direito a benefício acidentário pelo INSS

Somente em 2021 ocorreram 578 mil acidentes e 2.487 mortes associadas ao trabalho, elevação de 30% na comparação com 2020, segundo levantamento do Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho, ligado ao MPT (Ministério Público do Trabalho). Os dados comprovam a insegurança e o descaso das empresas com os funcionários.

No setor financeiro, o cenário também é preocupante. De acordo com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), 42.138 mil bancários tiveram direito ao benefício acidentário por conta de doenças e acidentes relacionados ao trabalho desde 2012. Além disso, 56.670 tiveram reconhecido o afastamento por doença comum, sendo que 54% dos casos são referentes a doenças, como transtornos mentais e LER/Dort.

Embora os números sejam assustadores, os bancos fecham os olhos e na mesa de negociação com o Comando Nacional dos Bancários negaram que as doenças tenham ligação com o ambiente de trabalho. Descaso total.

Fim do rol taxativo dos planos de saúde

BOA notícia para os usuários de planos de saúde. O plenário do Senado aprovou o PL 2.033/2022, que obriga as operadoras de assistência médica a cobrir tratamentos não incluídos em rol da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). Agora, o projeto de lei segue para sanção presidencial.

O texto estabelece que os planos de saúde devem cobrir exames, tratamentos e procedimentos prescritos por médicos ou dentistas desde que cumpram ao menos uma exigência, como serem comprovadamente eficazes, terem recomendação da Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde) ou por outro órgão de avaliação de tecnologias em saúde de renome internacional.

A proposta foi construída depois do entendimento do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que favoreceu as empresas de saúde ao decidir que o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde tinha caráter taxativo, gerando grandes prejuízos para os pacientes.



KARINA CRUZ - ARQUIVO

Convênios serão obrigados a cobrir tratamentos



TEMAS & DEBATES

Cotas para os ricos

Álvaro Gomes*

Recentemente peguei um Uber em direção ao centro de Salvador, fui conversando com o motorista e em meio a conversa surgiu o tema cotas para as universidades, eu falei sobre a necessidade e a importância desta política para permitir que a população negra, indígena e pobre pudesse ter oportunidade para estudar. Ele falou que na realidade deveria ter cota para ricos. Fiquei sem entender.

A política de cotas, que completou 10 anos em 29/08/22, e a expansão do ensino universitário nos governos Lula/Dilma, contribuíram para a inclusão social de milhões de estudantes pobres nas universidades, foram criadas 18 novas instituições federais e 173 campus universitários espalhados pelo país, atendendo à população das diversas regiões, e as diversas cidades do interior. O número de matrículas era 3,4 milhões em 2002 passando para 8 milhões em 2016.

As universidades federais passaram a ser frequentadas pela população negra e pobre, as pessoas começaram a ter oportunidade e acesso ao ensino de nível superior, filhos e filhas de pessoas pobres passaram a se formar nas diversas profissões, assim o Brasil estava avançando, progredindo. Infelizmente, após o golpe de 2016, quando retiraram da presidência da república Dilma Rousseff e prenderam Lula, o favorito das eleições de 2018, o investimento em educação vem sendo reduzido de forma drástica.

O orçamento do Ministério da Educação em 2002 era de R\$ 49,3 bilhões, em 2015 passou a ser de R\$151,7 bilhões. Em 2021 a verba federal destinada a todo ensino superior foi de apenas R\$ 5,5 bilhões, enquanto em 2014 foi de R\$ 14,4 bilhões. A falta de recursos para pesquisas científicas significa um retrocesso extremamente prejudicial ao desenvolvimento do país. As nações para gerarem riqueza e benefícios para suas populações precisam fazer investimentos significativos na educação.

Mas é preciso além de investimentos de grande porte na educação, democratizar cada vez mais o ensino superior, permitindo que a população pobre tenha acesso às universidades e estímulos para continuar estudando e avançando também para pesquisas científicas. Voltando a conversa com o motorista do Uber, ele falou os ricos deveriam ter cotas de 20% das vagas e os pobres 80%. Aí entendi o que ele quis falar, talvez pudesse diminuir um pouco mais as vagas dos ricos, eles são poucos, os pobres, negros e indígenas são muitos.

*Álvaro Gomes é diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia e presidente do IAPAZ
Texto com, no máximo, 1.900 caracteres

BB: funcionários desobrigados a declarar ao e-Patri

OS FUNCIONÁRIOS do Banco do Brasil, pelo menos temporariamente, estão desobrigados a apresentar declaração do IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física) no e-Patri (Sistema Eletrônico de Informações Patrimoniais e de Conflitos de Interesses). A informação é da Diretoria de Gestão da Cultura de Pessoas.

De acordo com a diretoria, “estão sendo feitas reuniões entre a direção e a Controladoria Geral da União no sentido de esclarecimento de fluxo, prazos e demais definições”. Portanto, neste período, não é necessário autorizar o compartilhamento do IRPF, nem do envio da própria declaração. No caso dos que já autorizaram o compartilhamento, fica facultativa a opção de manter ou cancelar no portal do e-Patri.

A Instrução Normativa 8, publicada em 30 de junho no Diário Oficial, determinou que os agentes federais devem apresentar as declarações anuais de bens e de situações que possam gerar conflitos de interesses via e-Patri.

Hoje tem assembleia

Categoria bancária se organiza para reagir às propostas

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

OS BANCOS, que formam o setor mais lucrativo da economia nacional e em 2021, pior ano da pandemia, colocaram nos cofres mais de R\$ 130 bilhões, seguem intransigentes na mesa de negociação.

Todas as propostas apresentadas até agora impõem reajuste abaixo da inflação. Diante do descaso, os bancários realizam assembleia hoje, por meio virtual pelo Zoom, a partir das 19h, convocação eletrônica. A greve passa a ser uma possibilidade real.

A 18ª rodada de negociação com o Comando Nacional dos Bancários começou na tarde de segunda-feira, entrou pela madrugada de ontem, mas sem avanço.

O desrespeito é tanto que a proposta oferecida, de 6,69%, é apenas 0,04% maior do que



o índice apresentado na rodada de sexta-feira e recusado por mais de 98% da categoria em assembleia geral. O percentual representa uma perda real de 2,19%, diante da projeção da in-

flação de 8,88% entre setembro de 2021 e agosto de 2022.

Abaixo, tudo o que rolou nas negociações entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban.

1ª rodada: definição dos temas e do calendário de negociações.
2ª rodada: emprego é o primeiro assunto a ser discutido e os bancários cobram o fim das demissões imotivadas e da terceirização
3ª rodada: avanços importantes no combate ao assédio sexual
4ª rodada: em pauta, teletrabalho. Fenaban parece aceitar as propostas
5ª rodada: até aqui, tudo caminhava bem. Mas, cobrada sobre segurança, a Fenaban mostrou descaso com a proteção de bancários e clientes
6ª rodada: mais desrespeito. Bancos ignoram números apresentados pelo Comando Nacional dos Bancários e alegam que o adoecimento da categoria não tem relação com o trabalho
7ª rodada: entra em pauta, debate sobre as cláusulas econômicas. Trabalhadores reivindicam aumento real para os salários e demais verbas
8ª rodada: debate continua com foco na PLR. Comando quer reajuste real, mas bancos não dão resposta
9ª rodada: depois de ter avançado nos debates, Fenaban oferece proposta insuficiente para cláusula de teletrabalho
10ª rodada: mais frustração. Bancos não apresentam nada para combater as metas e o assédio
11ª rodada: enrolação continua e bancários vão às ruas cobrar proposta
12ª rodada: Fenaban apresenta proposta indecente: reajuste de apenas 5,82% para uma inflação projetada em 8,88%
13ª rodada: mais uma proposta absurda: reajuste com perdas no VA e VR
14ª rodada: negociação termina sem qualquer proposta dos bancos
15ª rodada: mais uma vez, nada
16ª rodada: para completar a série de absurdos, Fenaban volta à mesa e propõe retirar direitos na PLR
17ª rodada: bancos propõem um novo reajuste ainda abaixo da inflação, 6,65%.
18ª rodada: mais uma piada. Fenaban aumenta a proposta em apenas 0,04% e oferece para os salários reajuste de 6,69%. Negociação trava.

JOÃO UBALDO

Casos de assédio moral ainda pipocam na Caixa



Mais casos de assédio moral na Caixa

A FUTURA presidente da Caixa Corretora, Camila Aichinger, é alvo de quatro denúncias de assédio moral na corregedoria do banco referente ao período que presidia a Caixa Seguridade, entre junho de 2021 e maio deste ano. Ela fazia parte da equipe do ex-presidente Pedro Guimarães, que deixou a empresa após denúncias de assédios moral e sexual contra empregadas.

Aichinger passou de gerente regional no Paraná para vice-presidência da Caixa em menos de quatro anos na gestão de Guimarães, deixando o cargo quando a presidente Daniella Marques assumiu. Apesar das denúncias, que citam xingamentos, abusos verbais e humilhação em público, a executiva ainda foi indicada para a presidência da Caixa Corretora e os vencimentos seguem altos.

Tudo de ruim com a reforma

Legislação ampliou a precarização no mundo do trabalho

RENATA ANDRADE
imprensa@bancariosbahia.org.br

NÃO é novidade para ninguém os prejuízos da reforma trabalhista com quase cinco anos de vigência. Os 6 milhões de empregos prometidos não foram gerados. Pelo contrário. O desemprego no país só faz aumentar após a criação do projeto que entrou em vigor menos de um ano após o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016.

A promessa da lei trabalhis-

ta, de que iria fortalecer a negociação coletiva, é outro fator contraditório. Na prática, a legislação enfraquece os sindicatos, responsáveis pelos acordos.

Prova é a queda no número de negociações coletivas. Em 2021 somaram 34.871 convenções e acordos coletivos, conforme o Sistema Mediador, com dados

do Dieese (Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Passou de 46 mil a 49 mil de 2011 a 2017.

Também houve desequilíbrio na balança das negociações, pois enquanto a representação sindical dos trabalhadores recebeu R\$ 42,9 milhões, em 2020, os patrões, apenas do sistema "S", abocanharam R\$ 15,9 bilhões. Ou seja, 0,27% do que foi recebido pela representação patronal.

Os sindicatos ainda têm perdido sócios. Depois da reforma trabalhista piorou. A taxa de sindicalização era de 16,2% em 2012 e caiu para 11,2% em 2019, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).



Estrutura etária muda no Brasil e população envelhece

A POPULAÇÃO brasileira cresceu nos últimos 10 anos, está mais velha e com maioria feminina. As informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelam ainda o aumento da participação de negros, em maior número do que os brancos no país.

Segundo levantamento da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a população cresceu 7,6% entre 2012 e 2021 e é es-

timada em 212,7 milhões. No mesmo período, o número de pessoas com menos de 30 anos caiu 5,4%, com aumento em todas as outras faixas.

As mulheres representam 51,1% da população - 108,7 milhões. Os homens somam 103,9 milhões, correspondendo a 48,9%. Segundo o IBGE, a população masculina é mais jovem, e a partir dos 35 anos, a proporção de mulheres é maior do que a dos homens em todos os grupos.

SAQUE

Rogaciano Medeiros

PERTINHO Divulgada anteontem, a nova pesquisa Ipec deixa claro que Bolsonaro (32%) não cresceu o suficiente para uma virada na corrida presidencial, a quase um mês da eleição. Lula tem 44% e os demais candidatos 43%. Boa vantagem. Se mantiver o ritmo, pode vencer no 1º turno. Agora, na reta final, atenção plena. Todo cuidado é pouco, político e institucionalmente.

RECOMENDÁVEL Diante da liderança absoluta e inconteste, bem que o comando da campanha poderia evitar a presença de Lula em debates nos quais prevalecem inveja, rancor e agressões, em vez de uma discussão inteligente sobre propostas de governo para ajudar a informar e formar o eleitor. Só fazem reforçar a desinformação e aumentar o preconceito à política.

RADICALMENTE Domingo, na Band, ficou evidente que os debates, no formato atual, muito pouco ajudam no esclarecimento do eleitor. Perderam a função social, cidadã, republicana, que deveriam cumprir. Inclusive, em época de "terra plana" e "cidadãos de bem", tendem a agravar tensões e reforçar preconceitos. Precisam mudar, radicalmente. Em nome da democracia.

ARDIL Manipulação vergonhosa. No debate de domingo, a Band inventou de incluir Felipe D'Ávila (Novo) e Soraya Thronicke (UB), inexpressivos nas pesquisas, para reforçar o discurso ultraliberal e dourar o agronegócio, junto com Simone Tebet (MDB). Só falaram em "privatização", prática que tanto tem lesado a riqueza brasileira e a soberania nacional.

CENSURADOS Fizeram falta, no debate da Band, temas essenciais ao desenvolvimento sustentável como a revisão das reformas trabalhista e previdenciária, anulação das privatizações lesa-pátria, taxação das grandes fortunas e políticas públicas robustas voltadas à superação da pobreza. O pior flagelo brasileiro é a desigualdade social. Toda vida e mais seis meses.

TÁ NA REDE

